Trader ou investidor? A questão fiscal em Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura não tem imposto sobre ganhos de capital, o que significa que a questão de saber se um ganho de alienação é de capital ou de receita decide se ele será tributado. A Income Tax Act 1947 tributa o rendimento de uma atividade comercial ou empresarial nos termos da seção 10(1)(a) e outros ganhos ou lucros de natureza de rendimento nos termos da seção 10(1)(g). Os ganhos decorrentes da alienação de um investimento detido como capital ficam fora da incidência.[1] A Inland Revenue Authority of Singapore (IRAS, a autoridade tributária) aplica os badges of trade (indícios de atividade comercial) aos criptoativos em seu e-Tax Guide sobre o tratamento dos tokens digitais para fins de imposto de renda, publicado pela primeira vez em 17 de abril de 2020.[2] Os indícios são a conhecida lista do common law: natureza do ativo, duração da titularidade, frequência das operações, trabalho complementar, circunstâncias da realização, motivação e forma de financiamento.

A análise de Singapura difere da suíça em três aspectos. Não há porto seguro numérico. A análise aplica-se igualmente às sociedades, que na Suíça são tributadas sobre todos os ganhos, independentemente de sua natureza. Desde 1º de janeiro de 2024, a seção 10L trata como rendimento os ganhos com a venda de ativos

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estrangeiros recebidos em Singapura por uma entidade de um grupo multinacional, a menos que a entidade tenha substância econômica adequada em Singapura. As holdings com cripto em exchanges no exterior são afetadas.[3]

A sequência

1. Identificar o contribuinte. Para uma pessoa física, os badges of trade aplicam-se às posições pessoais. Para uma sociedade, perguntar ainda se o objeto e a atividade da sociedade fazem da negociação de ativos digitais o seu negócio, caso em que todos os ganhos são receita.
2. Aplicar os indícios ao padrão de detenção do ano. Negociação frequente, detenção curta, recursos de terceiros e abordagem sistemática apontam para atividade comercial. Detenção longa, poucas operações e compra com recursos excedentes apontam para investimento.
3. Separar os recebimentos de rendimento. Recompensas de staking, receitas de mineração recebidas no curso de uma atividade empresarial, airdrops recebidos por serviços e tokens recebidos como pagamento por bens ou serviços são rendimento quando recebidos. A IRAS trata os airdrops recebidos sem contraprestação como não tributáveis, a menos que o beneficiário negocie tokens profissionalmente.[4]
4. Para entidades de grupos multinacionais, aplicar o teste da seção 10L: os ativos alienados são ativos estrangeiros, os ganhos são recebidos em Singapura e a entidade cumpre o requisito de substância econômica? Se a resposta às duas primeiras perguntas for sim e à terceira for não, o ganho é tributável mesmo que seja de natureza de capital.
5. Verificar as regras de territorialidade e de remessa. O rendimento de fonte estrangeira de pessoas físicas é isento do imposto de Singapura; o rendimento de fonte estrangeira de sociedades é tributado na remessa, ressalvadas as condições de isenção da seção 13(8).[5]
6. Documentar a intenção no momento da aquisição. Atas do conselho que registrem uma intenção de investimento, uma política de tesouraria que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

proíba a negociação ativa e a separação entre a carteira de longo prazo e a carteira operacional são as provas que a IRAS procura.

Indicador	Investidor (não tributado)	Trader (tributado a 17% para sociedades ou às alíquotas progressivas para pessoas físicas)
Frequência	Poucas operações por ano	Diárias ou semanais
Detenção	Anos	Dias a meses
Financiamento	Recursos excedentes	Endividamento
Organização	Passiva	Sistemas, pessoal, formação de mercado
Prova da intenção	Atas, política, carteira segregada	Divulgação como negócio de negociação
Entidade de grupo multinacional	O teste de substância da seção 10L deve ser cumprido	Rendimento de negociação em qualquer caso

Perspectiva transfronteiriça

Um fundador que se muda de Zug para Singapura no meio do ano é examinado pelos dois sistemas no mesmo ano. A Suíça tributa o período de residência e aplica-lhe a Circular 36. Singapura aplica os badges of trade a partir da data da residência. Uma alienação que cai no período suíço e tem caráter profissional é tributada na Suíça como rendimento de atividade autônoma. A mesma alienação no período de Singapura pode não ser tributada se a posição tiver natureza de capital. Programar a alienação de posições mantidas há muito tempo para o período de Singapura, e o encerramento da negociação ativa para o período suíço, é um planejamento legítimo que as duas administrações tributárias aceitam quando a mudança é real. O teste de residência é examinado na Parte P, Capítulo I.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Income Tax Act 1947, seção 10(1)(a) e (g); ver Parte M, Capítulos I e II. ↩
2. IRAS e-Tax Guide, Income Tax Treatment of Digital Tokens, primeira edição de 17 de abril de 2020, conforme atualizado; ver Parte M, Capítulo I. ↩
3. Income Tax Act 1947, seção 10L, inserida pelo Income Tax (Amendment) Act 2023 com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024; ver Parte M, Capítulo II. ↩
4. IRAS e-Tax Guide, Income Tax Treatment of Digital Tokens, seções 5–7; ver Parte M, Capítulo I. ↩
5. Income Tax Act 1947, seção 10(25) e seção 13(8); ver Parte M, Capítulo II. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.